

CRESCIMENTO POPULACIONAL E OCUPAÇÃO RECENTE EM MATO GROSSO

José Antonio da Silva(*)

1. Introdução

Neste trabalho as estimativas e as análises considerarão a divisão do espaço estadual em microrregiões tal como foram consideradas no Recenseamento Geral de 1980. Este procedimento é necessário para permitir a comparação dos dados das décadas de 80 e 90. Contudo, dada a grande extensão e a inegável diversidade econômico-social da microrregião Norte Mato-grossense, esta será dividida em duas sub-áreas que serão denominadas Nordeste Mato-grossense e Noroeste Mato-grossense.

O critério que norteou tal divisão resume-se às nítidas vinculações dessas subáreas com os pólos urbanos de Barra do Garças (ou Goiânia), no caso da Nordeste Mato-grossense, e Cuiabá, no caso da Noroeste Mato-grossense. O quadro em anexo apresenta a relação de municípios pertencentes a estas duas microrregiões nos anos de 1980 a 1991.

Nas regiões de fronteira, as oportunidades econômicas de modo geral associam-se à possibilidade de acesso a terras férteis ainda não incorporadas ao processo produtivo. Na medida em que tal possibilidade deixa de existir, estanca-se, de imediato, o fluxo migratório para a região e passa a ter lugar, a partir desse momento,

(*) Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Mato Grosso.

o processo de estabilização ou, o que tem sido mais freqüente, constata-se diminuição no ritmo de crescimento regional. Neste texto será discutido se tal fenômeno vem acontecendo em Mato Grosso.

2. Intensidade do Crescimento Populacional

A tabela a seguir destaca a distribuição espacial das taxas de crescimento mais recentes calculadas para Mato Grosso.

Tabela 1
Mato Grosso - Taxas Médias Geométricas de Crescimento Anual da População Residente, por Microrregião e Situação do Domicílio - 1960/70/80/91

| Microrregiões | Taxas Médias Anuais de Crescimento (%) | | | | | | | | |
|-------------------------|--|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| | Totais | | | Urbanas | | | Rurais | | |
| | 1960/70 | 1970/80 | 1980/91 | 1960/70 | 1970/80 | 1980/91 | 1960/70 | 1970/80 | 1980/91 |
| Nordeste | | | | | | | | | |
| Mato-grossense | 7,7 | 12,4 | 5,2 | 13,8 | 14,6 | 7,9 | 5,3 | 10,9 | 2,3 |
| Noroeste | | | | | | | | | |
| Mato-grossense | 4,3 | 19,0 | 10,7 | 8,7 | 27,3 | 17,3 | 3,5 | 16,7 | 5,8 |
| Alto Guaporé - | | | | | | | | | |
| Jauru | 12,1 | 6,7 | 2,8 | 6,5 | 15,5 | 6,5 | 13,7 | 3,3 | -0,76 |
| Alto Paraguai | 9,0 | 6,0 | 2,3 | 4,9 | 12,0 | 7,1 | 10,5 | 2,6 | -5,0 |
| Baixada Cuiabana | | | | | | | | | |
| Baixada Cuiabana | 3,2 | 6,4 | 5,3 | 5,8 | 9,6 | 6,4 | -0,1 | -1,4 | -1,0 |
| Rondonópolis | | | | | | | | | |
| Rondonópolis | 11,1 | 2,0 | 3,0 | 13,1 | 10,3 | 4,8 | 10,1 | -5,6 | -0,03 |
| Garças | | | | | | | | | |
| Garças | 3,9 | 0,5 | 1,6 | 3,2 | 3,9 | 5,2 | 4,1 | -2,1 | -0,04 |
| Estado | | | | | | | | | |
| Estado | 6,3 | 6,6 | 5,4 | 6,8 | 10,9 | 7,7 | 6,0 | 2,8 | 1,0 |

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de Mato Grosso - 1960, 1970, 1980 e 1991.

O período em que a população do Estado cresceu de modo mais intenso ocorreu na década de 70 quando a taxa de crescimento era 6,6% ao ano. Em termos absolutos, porém, a população sextuplicou entre 1960 e 1991, quando passou de 325 mil para 2027 mil habitantes.

Destacando os diferenciais de crescimento da população total de cada microrregião no período, identificam-se três padrões distintos de comportamento. No primeiro padrão, enquadram-se as microrregiões cujas taxas de crescimento foram ascendentes entre 1960 e 1980 e, em seguida, descendentes até 1991. Neste grupo

enquadram-se as duas microrregiões do Norte Mato-grossense e também a Baixada Cuiabana. Um outro grupo é constituído pelas microrregiões Alto Guaporé - Jauru e Alto Paraguai, cujas taxas foram descendentes ao longo de todo o período. Finalmente, num último grupo juntam-se as microrregiões Rondonópolis e Garças, onde o crescimento populacional era maior nos anos 60, atingiu o mínimo na década de 70 e voltou, lentamente, a se intensificar nos anos 80.

Centrando a atenção no comportamento da população rural, constata-se taxas negativas de crescimento para toda a porção sul do Estado. "Merece ser destacado que a evasão da população rural nesta área não parece se dar por força da estagnação ou desaceleração do crescimento produtivo que aí se verifica, senão pelo deslocamento dos investimentos do subsector agrícola para o subsector pecuário ou mesmo pela mudança tecnológica verificada em todo o sector primário". (Silva, 1989:12). Mesmo nas duas regiões situadas ao norte, que registraram populações rurais em crescimento, a intensidade desse crescimento se reduziu drasticamente entre as décadas de 70 e de 80.

3. Distribuição Espacial da População Mato-grossense

No pós-guerra, a partir de 1955, com as definições de política econômica voltadas para o fortalecimento da hegemonia industrial de São Paulo amparada no fornecimento de alimentos e matérias-primas pelas demais regiões brasileiras, explicitaram-se as precondições fundamentais necessárias para que o espaço geográfico mato-grossense se incorporasse ao sistema econômico nacional. Concretamente, a implantação ou melhoramento das ligações rodoviárias com São Paulo, com o Triângulo Mineiro e com a Capital Federal permitiram que se iniciasse o processo de ocupação por colonização, ou iniciativas individuais, de parcelas das extensas áreas agricultáveis do Estado⁽¹⁾. De fato, foi nessa época que se intensificou o povoamento da área polarizada por Rondonópolis de modo que, ao final da década, essa era a terceira região mais habitada do Estado, com 12% da população, abaixo somente das regiões de Cuiabá (45%) e de Garças (16%).

(1) Na verdade, desde o começo do século XIX identifica-se a intenção oficial de promover o povoamento. Isto fica claro com a edição dos decretos 200, de 18/01/1907, e 227, de 19/07/1909, ambos favorecendo a colonização.

O processo de incorporação de novas áreas fronteiriças às rodovias avançou, no decênio seguinte, em direção ao Oeste, daí decorrendo o povoamento da microrregião do Alto Guaporé - Jauru, cujo pólo urbano mais importante é a cidade de Cáceres. Ao término desse período, a área conjunta das cinco microrregiões da porção sul do território (que cobre somente 29% do espaço) concentrava 90% de toda a população estadual. Não obstante, simultaneamente, já começava a ficar evidente o processo de fechamento da fronteira agrícola em todas essas áreas da faixa sul resultando, em virtude da intensificação do processo, uma redução do ritmo de crescimento demográfico e na redistribuição espacial da população em direção ao norte, conforme se constata pelo exame do comportamento das taxas da distribuição espacial da população nos anos de 1970, 1980 e 1991 (tabela 2).

Tabela 2
Mato Grosso: Distribuição Espacial da População - 1970, 1980 e 1991

| Microrregiões | Superfície | | População - 1970 | | População - 1980 | | População - 1991 | |
|-------------------------|--------------|----------|------------------|----------|------------------|----------|------------------|----------|
| | % | % AC | % | %AC | % | %AC | % | %AC |
| Nordeste Mato-grossense | 19,5 | 19,5 | 5,3 | 5,3 | 8,9 | 8,9 | 8,8 | 8,8 |
| Noroeste Mato-grossense | 51,4 | 70,9 | 5,1 | 10,4 | 15,3 | 24,2 | 26,4 | 35,2 |
| Alto Guaporé - Jauru | 11,5 | 82,4 | 15,9 | 26,3 | 16,0 | 40,2 | 12,2 | 47,4 |
| Alto Paraguai | 2,5 | 84,9 | 8,4 | 34,7 | 7,9 | 48,1 | 5,8 | 53,2 |
| Baixada Cuiabana | 7,9 | 92,8 | 33,4 | 68,1 | 32,6 | 80,7 | 32,6 | 85,8 |
| Rondonópolis | 2,7 | 95,5 | 19,1 | 87,2 | 12,3 | 93,0 | 9,5 | 95,3 |
| Garças | 4,5 | 100,0 | 12,8 | 100,0 | 7,0 | 100,0 | 4,7 | 100,0 |
| Total | 100,0 | - | 100,0 | - | 100,0 | - | 100,0 | - |

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991.

A implantação de rodovias troncos, a partir da década de 50, constituiu o principal determinante para a ocupação, através da agricultura de subsistência, de vastas áreas mato-grossenses, ao longo de seus percursos. A prática da agricultura voltada para o mercado, contudo, só se iniciou no Estado, efetivamente, a partir de 1972 quando se asfaltaram as ligações rodoviárias com São Paulo e com o Distrito Federal. Cabe ressaltar, todavia, que o setor pecuário do tipo "extensivo" sempre teve presença marcante na economia regional, produzindo não apenas para o abastecimento interno, tal qual o

segmento agrícola, como também e, principalmente, para o fornecimento de matéria-prima (animais a pé) para a agroindústria paulista. Como, no entanto, a pecuária caracteriza-se como uma atividade de baixíssimo emprego de mão-de-obra, notadamente quando, como a mato-gossense, utiliza tecnologia rudimentar, o seu desenvolvimento não contribui para o povoamento. Antes, pelo contrário, quando essa atividade substitui a agricultura, como veremos mais adiante, produz o despovoamento do território.

Adicionalmente ao referido fechamento da fronteira agrícola ao sul, dois outros fatores contribuíram decisivamente para a interiorização da população rumo ao norte. O primeiro foi a ampliação da malha rodoviária tronco, através da implantação definitiva das BRs 070, ao sul, e 080, ao norte, em sentido transversal, ligando a região setentrional à região leste, e as BRs 163 e 165, no sentido sul-norte, articulando-se com as outras duas, além do prolongamento asfáltico da BR-364 rumo ao oeste.

O segundo foi a criação do Estado do Mato Grosso do Sul, desmembrado do território mato-gossense, resultando, por decorrência, uma mais efetiva alocação de recursos federais e estaduais para a implantação de infra-estrutura econômico-social na área remanescente.

Pelas razões expostas, ao findar a década de 80, a porção norte, que corresponde a 71% do território, já tinha ampliado sua participação no número total de habitantes de 10,4% para 35,2%, resultando disso uma importante desconcentração populacional. Cabe destacar, ainda, que esse crescimento demográfico regional, detectado já pelo censo de 1980, expressava apenas a fase inicial de um processo que nitidamente adquiriu aceleração nos anos oitenta e que, a julgar pela criação de novos municípios⁽²⁾, deve continuar forte ainda por alguns anos.

Outro fato historicamente ainda inédito no Estado marcou a década de 80: a redistribuição rural-urbana da população. Nesse período, ao mesmo tempo em que a população total superava o ritmo de

(2) O número de municípios do Estado passou de 117, em 1991, para 126, em 1996, estando a maioria dos recém-criados localizada na porção norte do território.

o crescimento alcançado no período anterior (6,3% ao ano; na década dos 70, contra 6,6%, na dos 80), registrava-se também um grande diferencial de crescimento entre as situações domiciliares rural e urbana. Entre as duas décadas, a taxa de crescimento urbano se acelerou em 61% e o crescimento rural foi reduzido em 53%, resultando desse descompasso a mudança de característica da população que, de majoritariamente rural, passou a ser predominantemente urbana.

Nos anos 80, o processo de urbanização continuou acelerado de tal modo que, por ocasião do Censo de 1991, quase 75% da população do Estado já residiam no espaço urbano.

Na tabela 3 dá-se destaque à progressiva participação da população urbana na população total, no âmbito do Estado e das microrregiões.

Tabela 3
Mato Grosso: Nível de Urbanização, Segundo Microrregiões - 1970, 1980 e 1991

| MICRORREGIÕES | POPULAÇÃO 70 | | | POPULAÇÃO 80 | | | POPULAÇÃO 91 | | |
|-----------------------|--------------|-----------|------|--------------|-----------|------|--------------|-----------|------|
| | Total(A) | Urbana(B) | B/A% | Total(A) | Urbana(B) | B/A% | Total(A) | Urbana(B) | B/A% |
| Nordeste | | | | | | | | | |
| Mato-grossense | 31.578 | 11.575 | 36,7 | 101.889 | 45.324 | 44,5 | 177.810 | 104.876 | 59,0 |
| Noroeste | | | | | | | | | |
| Mato-grossense | 30.561 | 4.977 | 15,7 | 173.936 | 53.498 | 30,8 | 533.097 | 309.193 | 58,0 |
| Alto Guaporé - | | | | | | | | | |
| Jauru | 95.275 | 17.256 | 18,1 | 181.823 | 74.177 | 40,8 | 247.069 | 148.148 | 60,0 |
| Alto Paraguai | 50.027 | 13.776 | 27,5 | 89.564 | 42.894 | 47,9 | 117.261 | 90.795 | 77,4 |
| Baixada | | | | | | | | | |
| Culabana | 200.639 | 121.076 | 60,3 | 371.632 | 302.875 | 81,5 | 658.828 | 597.196 | 90,6 |
| Rondonópolis | | | | | | | | | |
| Rondonópolis | 114.222 | 35.768 | 31,3 | 139.663 | 95.765 | 68,5 | 193.042 | 160.226 | 83,0 |
| Garças | | | | | | | | | |
| Garças | 76.577 | 27.554 | 36,0 | 80.184 | 40.419 | 50,4 | 95.417 | 70.639 | 74,0 |
| Estado | | | | | | | | | |
| Estado | 598.879 | 231.982 | 38,8 | 1.138.691 | 654.952 | 57,5 | 2.022.524 | 1.481.073 | 73,2 |

Fonte: Censos Demográficos de 1970, 1980 e 1991.

Como se vê, no período 70/90 registraram-se elevados índices de urbanização em todas as áreas, com destaque para as microrregiões situadas na porção sul do Estado, onde os níveis de urbanização foram superiores a 60% em 1991.

Cabe esclarecer que a urbanização da população em qualquer sociedade constitui um processo natural, decorrente da modernização do setor produtivo rural aliada ao desenvolvimento

dos setores secundário e terciário no espaço urbano. Duas particularidades, no entanto, chamam a atenção no caso mato-grossense. A primeira é o acelerado ritmo com que a população vem-se urbanizando. Nem mesmo o Estado de São Paulo, na sua fase de industrialização mais intensa, registrou ritmo de urbanização tão acelerado. A outra particularidade está associada à diminuta participação do setor industrial, tradicionalmente urbano, na economia estadual. Com efeito, em 1980 e em 1989, a indústria contribuiu com somente 18% e 18,2%, respectivamente, do Produto Interno Bruto (PIB) mato-grossense, o que permite concluir, com certa segurança, que o fator de atração das cidades não residiu na oferta de empregos propiciada por esse setor produtivo. Essa característica confere ao setor serviços, particularmente ao comércio e à administração pública, a responsabilidade de sustentar o nível do emprego urbano formal no Estado.

Na discussão desse processo de mudança domiciliar da população, há que destacar também as restrições conceituais que freqüentemente têm sido feitas à categorização de população rural e urbana constante dos censos. A esse respeito, ao discutir a espacialização da população no Centro-Oeste, os autores do estudo "Organização Territorial e Funções Econômicas do Centro-Oeste" esclarecem que: "esta tendência acentuada de urbanização ou de esvaziamento das áreas rurais pode dar margem a diversas interpretações. Por um lado, especula-se sobre o conceito de população adotado pela FIBGE e que orienta a coleta dos recenseamentos. Segundo essa entidade, a definição de situação urbana se prende a todas as pessoas e domicílios localizados em cidades, vilas e áreas urbanas isoladas, conforme delimitação pelas respectivas posturas municipais vigentes em 31 de agosto do ano censitário. Neste caso, emparelham-se todos os centros urbanos, desde capitais até pequenas vilas num mesmo patamar, sem considerar equipamentos e infra-estrutura. Por outro lado, adotando-se o conceito da FIBGE, a limitação que se apresenta diz respeito à aptidão econômica do centro urbano que, no Centro-Oeste, vai desde centros de apoio a projetos de colonização e, portanto, sua população seria empregada em atividades eminentemente agrícolas, até cidades com características urbanas mais sofisticadas, onde as atividades seriam relacionadas com o setor terciário e secundário (SUDECO/MINTER, 1984:24-25).

Essa questão adquire importância particular quando se refere à urbanização em Mato Grosso. Com efeito, boa parcela da população que o censo classifica como urbana poderia ser enquadrada como "rural concentrada" (Gonzales e Bastos, 1975:11) já que, em 1991, quase metade (46,3%) das sedes municipais existentes constituíam "cidades" com 5000 habitantes ou menos. Assim, se excluíssemos da população urbana e incluíssemos na população rural todos os residentes em núcleos inferiores a 5000 habitantes, a distribuição para o total do Estado passaria a ser 66,7% de população urbana e 33,3% de população rural.

4. Movimentos Migratórios Recentes

A partir do Censo de 1980 e da tabulação preliminar do Censo de 1991, estimou-se a distribuição relativa, por UFs de origem e de destino, dos fluxos migratórios interestaduais verificados em Mato Grosso. Tais estimativas figuram na tabela 4.

Fica evidenciado pelos números que as áreas de origem dos imigrantes mato-grossenses permaneceram basicamente as mesmas nas décadas de 70 e de 80. Ocorreu, todavia, uma pequena redução na proporção de migrantes originários do Centro-Sul-Sudeste (92,7%, em 1980, e 80,9%, em 1991) em favor do Norte-Nordeste.

Na parte norte do Estado aumentaram bastante os fluxos originários de Rondônia e do Pará. Os imigrantes de Rondônia quintuplicaram a sua participação no total, de uma década para outra, provavelmente em consequência da migração de retorno.

Na parte nordeste coube destaque aos fluxos originários do Maranhão, que passaram de 0,4% para 4,1% do total, entre uma década e outra.

Quanto às áreas de destino daqueles que saíram do Estado, registraram-se aumentos proporcionais consideráveis nos fluxos em demanda do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o que parece também estar associado à migração de retorno.

A estimativa dos saldos migratórios e das taxas líquidas de migração para as diversas regiões do Estado, nas décadas de 70 e 80, com base na técnica indireta do crescimento vegetativo, indica intensificação do processo migratório na última década.

Tabela 4
Mato Grosso: Distribuição Percentual da Migração Segundo as UFs de Origem e de Destino, Décadas de 70 e 80

| ESTADOS DE ORIGEM OU DE DESTINO | IMIGRAÇÃO | | EMIGRAÇÃO | |
|---------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 1980 | 1991 | 1980 | 1991 |
| REGIÃO NORTE | 2,2 | 9,8 | 48,0 | 22,0 |
| Rondônia | 1,1 | 5,6 | 44,4 | 15,9 |
| Acre | 0,1 | 0,2 | 0,8 | 0,6 |
| Amazonas | 0,3 | 0,3 | 0,5 | 0,5 |
| Roraima | 0,0 | 0,0 | 0,2 | 0,6 |
| Pará | 0,6 | 2,4 | 2,2 | 3,1 |
| Amapá | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,1 |
| Tocantins | 0,0 | 1,2 | 0,0 | 1,2 |
| REGIÃO NORDESTE | 4,9 | 9,4 | 2,0 | 4,6 |
| Maranhão | 0,4 | 4,1 | 0,3 | 1,0 |
| Piauí | 0,2 | 0,3 | 0,1 | 0,3 |
| Ceará | 0,7 | 1,0 | 0,2 | 0,8 |
| Rio Grande do Norte | 0,2 | 0,2 | 0,3 | 0,4 |
| Paraíba | 0,2 | 0,3 | 0,2 | 0,2 |
| Pernambuco | 0,5 | 0,7 | 0,2 | 0,6 |
| Alagoas | 0,3 | 0,5 | 0,1 | 0,1 |
| Sergipe | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,2 |
| Bahia | 2,4 | 2,3 | 0,7 | 1,1 |
| REGIÃO SUDESTE | 24,3 | 17,5 | 22,7 | 22,1 |
| Minas Gerais | 9,6 | 4,5 | 4,2 | 5,0 |
| Espírito Santo | 1,3 | 0,4 | 0,6 | 0,5 |
| Rio de Janeiro | 0,7 | 0,8 | 1,8 | 1,3 |
| São Paulo | 12,6 | 11,8 | 16,1 | 15,3 |
| REGIÃO SUL | 43,4 | 40,2 | 5,0 | 27,7 |
| Paraná | 35,6 | 30,3 | 4,0 | 21,6 |
| Santa Catarina | 2,3 | 4,8 | 0,4 | 2,6 |
| Rio Grande do Sul | 5,4 | 5,1 | 0,6 | 3,4 |
| REGIÃO CENTRO-OESTE | 25,3 | 22,9 | 22,2 | 23,7 |
| Mato Grosso do Sul | 10,6 | 12,6 | 10,3 | 10,1 |
| Goiás | 14,1 | 9,4 | 12,0 | 12,3 |
| Distrito Federal | 0,5 | 0,9 | 0,0 | 1,4 |
| Ignorado | 0,0 | 0,3 | 0,0 | 0,0 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1980 e 1991

Tabela 5
Mato Grosso: Comparação dos Saldos Migratórios e
das Taxas Líquidas de Migração, Décadas de 70 e 80

| MICRORREGIÕES E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO | 1980 | | 1991 | |
|---|---------------------|----------------------------|---------------------|----------------------------|
| | Saldo Migratório | Taxa Líquida Migratória | Saldo Migratório | Taxa Líquida Migratória |
| 1 - Nordeste Mato-grossense | 59.861 | 58,8 | 58.279 | 32,78 |
| Urbano | 29.768 | 65,7 | 51.544 | 49,15 |
| Rural | 29.683 | 52,2 | 6.735 | 9,83 |
| 2 - Noroeste Mato-grossense | 132.206 | 76,0 | 327.383 | 61,41 |
| Urbano | 47.124 | 88,1 | 256.584 | 82,99 |
| Rural | 84.871 | 70,5 | 80.799 | 36,09 |
| 3 - Alto Guaporé - Jauru | 49.171 | 27,0 | 29.758 | 12,04 |
| Urbano | 49.823 | 67,2 | 59.486 | 40,12 |
| Rural | -1.045 | -1,0 | -29.678 | -30,00 |
| 4 - Alto Paraguai | 21.643 | 24,2 | 11.600 | 9,89 |
| Urbano | 24.200 | 56,4 | 40.049 | 44,11 |
| Rural | -2.590 | -5,5 | -28.449 | -107,49 |
| 5 - Baixada Cuiabana | 100.915 | 27,2 | 260.435 | 39,53 |
| Urbano | 140.096 | 46,3 | 240.811 | 40,32 |
| Rural | -40.581 | -59,0 | -19.264 | -31,84 |
| 6 - Rondonópolis | -13.128 | -9,4 | 29.532 | 15,30 |
| Urbano | 48.451 | 51,6 | 49.961 | 31,18 |
| Rural | -69.428 | -158,2 | -20.429 | -62,25 |
| 7 - Garças | -19.314 | -24,1 | 3.344 | 3,50 |
| Urbano | 5.264 | 13,0 | 24.352 | 34,47 |
| Rural | -24.449 | -61,5 | -21.008 | -84,78 |
| 8 - Estado | 325.999 | 28,6 | 680.185 | 33,63 |
| Urbano | 343.067 | 52,4 | 710.409 | 47,97 |
| Rural | -18.875 | -3,9 | -30.224 | -5,58 |

Fonte: Para o ano de 1980: Silva, J.A. Transformações na Agricultura e Migrações Internas em Mato Grosso na Década de 70. Dissertação de mestrado. CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 1989.

Para 1991: Estimativas preliminares com base no Censo Demográfico - 1991, considerando porém o mesmo crescimento vegetativo da década de 70, o que implica subestimação dos saldos. Na verdade, o crescimento vegetativo deve ter-se reduzido na mesma proporção da redução da taxa de fecundidade (de 5,01, em 1980, para 2,74, em 1992) já que a mortalidade não parece ter-se reduzido significativamente no período (a esperança de vida era de 65,8 anos, em 1980, e de 66,4, em 1991, apesar do declínio na mortalidade infantil).

Realmente, estima-se que 680 mil pessoas eram migrantes em 1991 (representando 33,6% do total residente), contra 326 mil em 1980 (representando 28,6%).

Os dados evidenciam também a continuidade do processo de evasão da população rural em toda a parte do Estado, onde aproximadamente 119 mil pessoas teriam deixado o campo. Mesmo na porção norte do território, que registrou saldo migratório positivo para a população rural, identifica-se, através das taxas líquidas de migração, uma sensível redução na capacidade de fixação da população rural.

No que respeita à população urbana, constata-se que, diferentemente do que ocorreu no meio rural, todas as microrregiões registraram saldos migratórios positivos. Evidencia-se também pequena redução nas taxas líquidas de migração, exceto no caso da microrregião Garças, onde 13% da população residente em 1980 e 34,4% em 1991 se constituíam de imigrantes da década.

Destaca-se o fato de as microrregiões do Nordeste Mato-grossense e do Noroeste Mato-grossense apresentarem taxas líquidas de migração positivas, tanto para a população urbana, quanto para a população rural, nas duas décadas. Esta particularidade caracteriza-as como absorvedoras de fluxos migratórios gerados em outras regiões mato-grossenses ou em outras UFs.

Na verdade, as evidências empíricas indicam, e alguns estudos já comprovaram, que a imigração em demanda do norte mato-grossense, destinada ao meio rural ou urbano, teve, no passado recente, caráter predominantemente interestadual, particularmente os fluxos originados no Paraná, no Rio Grande do Sul e até no Maranhão (JATENE, 1983 e RIBEIRO, 1986).

Já para as microrregiões situadas ao sul do Estado, a contribuição do êxodo rural interno aos saldos migratórios positivos da população urbana foi, certamente, relevante. Neste particular, a posição da cidade de Cuiabá merece destaque como ponto de destino final de expressiva parcela do excedente populacional gerado nas áreas rurais do interior e não absorvido pelos núcleos urbanos regionais. Este fato explica, em parte, a existência de um saldo migratório urbano de 380.907 pessoas, nas duas décadas, na Baixada Cuiabana, quando a evasão da população rural na mesma área e período chegou somente a 60 mil pessoas.

5. Considerações Finais

A comparação entre as taxas de crescimento e os saldos migratórios evidencia grande identidade de sinais entre os indicadores, tanto para a população rural, quanto para a urbana. Assim parece razoável supor que a principal responsabilidade pela dinâmica demográfica estadual tenha recaído, nos últimos vinte anos, sobre os fluxos migratórios.

Particularmente quanto à população rural, as taxas de crescimento e os saldos migratórios permitiram identificar dois padrões de ocupação claramente distintos.

O primeiro padrão, predominante em toda a faixa sul do território mato-grossense, exibe como principal característica a redução da população rural, determinada por mudanças no sistema produtivo a partir de meados da década de 70. Em toda essa subárea começaram a ser introduzidas, a partir de 1975, técnicas modernas de produção agrícola e especialização de culturas que, associadas à já relevante pecuarização do setor, resultaram numa expressiva diminuição de demanda por força de trabalho.

As informações empíricas indicam que a maior parte dessa mão-de-obra liberada do meio rural dirigiu-se aos núcleos urbanos do Estado, especialmente à Capital. Não parece ter-se registrado, no entanto, ao contrário da possibilidade sugerida pela formulação teórica de SINGER (1987:40-45), nenhuma absorção pela economia urbana de parcela relevante do contingente liberado do setor primário. Ocorreu que a expansão da demanda por insumos modernos, resultante da introdução do modo de produção capitalista na agricultura, que poderia gerar expansão do emprego urbano, não foi (e não vem sendo) atendida pelo mercado estadual e sim pelo parque industrial das áreas centrais, especialmente o paulista.

Desse modo, não se geraram ocupações urbanas que pudessem compensar a redução no emprego rural, o que confere característica de maior perversidade ao processo.

Um padrão migratório diferenciado manifestou-se em todo o espaço norte do território mato-grossense. Nessa região constataram-se saldos migratórios positivos no período estudado, embora já fique claramente evidenciada, no transcorrer das duas décadas, uma

acelerada deterioração na capacidade de retenção populacional em todo o subespaço situado a nordeste do Estado (região polarizada pelo município de Barra do Garças). Neste subespaço, o modelo de ocupação implantado centrou-se na pecuária e no latifúndio, esgotando rapidamente as possibilidades de geração de empregos no setor primário da economia, condição essencial à manutenção da população no meio rural. O subespaço do nordeste, entretanto, caracterizou-se como a única área estadual em que, efetivamente, prevaleceram os fatores de atração migratório. Basicamente, em decorrência da circunstância histórica que conjugou a acelerada deterioração das condições de sobrevivência no campo, presentes nos Estados do Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul, com a relativa disponibilidade de terras férteis na região, registrou-se a atração de um volumoso fluxo migratório, notadamente para as áreas de colonização dirigida.

Outro diferencial relevante entre os padrões migratórios predominantes nas regiões de expansão da fronteira e nas regiões de fronteira consolidada refere-se à composição e origem dos fluxos nelas identificados. “Os fluxos demandantes à região noroeste, por exemplo, tiveram origem quase sempre em outras Unidades da Federação. Ocorreram a partir de meados da década de 70 e se constituíram freqüentemente de migrantes detentores de relativa soma de capital, o que lhes possibilitou acesso à terra”. (SILVA, 1989:191)

É de supor que, como questão social decorrente da deterioração das condições de permanência no campo, essa segunda modalidade de fluxos migratórios requeira a intervenção mais efetiva do poder público, particularmente do estadual. As evidências indicam, no entanto, não haver ainda, no âmbito do governo e da sociedade mato-grossenses, uma percepção clara da magnitude desses fluxos e, menos ainda, do caráter das mudanças experimentadas pela agricultura, que os promovem.

Com efeito, o discurso oficial vangloria-se do “espetacular” crescimento da produção nas áreas em que se introduziram modernas técnicas de cultivo e, simultaneamente, atribui à migração interestadual os tão freqüentes conflitos rurais entre posseiros e latifundiários e, até mesmo, o exagerado crescimento populacional das principais cidades.

Por último, há que se evidenciar o caráter progressivo dos fatores de expulsão presentes no meio rural do Estado. Certamente, o quadro desenhado neste trabalho agravou-se a partir de 1980, com o aprofundamento da modernização e da especialização agrícolas, ambos processos, como se sabe, poupadores de mão-de-obra. Parece suficiente para confirmar essa tendência a notável expansão na área estadual cultivada com soja, a partir de 1980-1985. Conforme dados do IBGE, a área dedicada a essa cultura de exportação, que ocupava 6% (70 mil hectares) da superfície estadual cultivada em 1980, saltou para 48,3% (80 mil hectares), em 1985, enquanto que o emprego agrícola aumentou em apenas 31 mil pessoas.

6. Bibliografia

- SILVA, José Antonio da. *Transformações na Agricultura e Migrações Internas em Mato Grosso na Década de 70*. Dissertação de mestrado, CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 1989.
- GONZALES, Elbio N & BASTOS, Maria Inês (coordenação). *O Movimento Migratório na Região Centro-Oeste do Brasil*. Brasília, SUDECO/MINTER, 1975.
- JATENE, Heliana da Silva. *Reabertura da Fronteira sob Controle: A Colonização Particular Dirigida de Alta Floresta*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, São Paulo - Campinas, IFCH/UNICAMP, 1983.
- RIBEIRO, Iselda Correa. *O Projeto Canarana - Pioneiros Gaúchos no Norte Mato-grossense*. Dissertação de mestrado em Sociologia, IFCH/UNICAMP, Campinas, 1986.
- SINGER, Paul. *Migrações Internas - Considerações Teóricas Sobre o Seu Estudo*. In: *Economia Política da Urbanização*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

ANEXO
Relação dos Municípios do Estado do Mato Grosso, Segundo a Subdivisão
da Microrregião do Norte Mato-grossense

| 1980 | 1991 |
|--|---|
| Nodeste Mato-grossense | Nordeste Mato-grossense |
| Água Boa, Barra do Garças, Canarana, Luciara, Nova Xavantina, Santa Terezinha e São Félix do Araguaia | Água Boa, Alto Boa Vista, Araguaiana, Barra do Garças, Campinápolis, Cana Brava do Norte, Canarana, Cocalinho, Confesa, Luciara, Nova Xavantina, Novo São Joaquim, Porto Alegre do Norte, Querência, Ribeirão Cascalheira, Santa Terezinha, São Félix do Araguaia e São José do Xingu. |
| Noroeste Mato-grossense | Noroeste Mato-grossense |
| Alta Floresta, Aripuanã, Chapada dos Guimarães, Colíder, Diamantino, Nobres, Nova Brasilândia, Paranatinga, Porto dos Gaúchos, Rio Claro e Sinop | Alta Floresta, Apiacás, Aripuanã, Brasnorte, Campo Novo dos Parecis, Castaneira, Chapada dos Guimarães, Cláudia, Colíder, Cotriguaçu, Diamantino, Guarantã do Norte, Iraúba, Juara, Juína, Juruena, Lucas do Rio Verde, Marcelândia, Matupá, Nobres, Nova Bandeirante, Nova Brasilândia, Nova Guarita, Nova Maringá, Nova Monte Verde, Nova Mutum, Novo Horizonte do Norte, Paranaíta, Paranatinga, Peixoto de Azevedo, Planalto da Serra, Porto dos Gaúchos, Santa Carmen, São José do Rio Claro, Sinop, Sorriso, Tabaporá, Tapurah, Terra Nova do Norte e Vera. |
